

PROJETO DE LEI № _____, DE 06 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de placas ou cartazes informativos com o nome do médico, especialidade, dias e horários de atendimento e a quantidade de vagas de consultas disponíveis na Unidade de Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Uruguaiana, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do Município de Uruguaiana obrigadas a afixar, em local visível ao público, placas ou cartazes informativos contendo:

- I– Nome completo do(s) médico(s) responsável(is) pelo atendimento na unidade;
- II- Especialidade médica de cada profissional;
- III— Dias da semana e horários em que cada médico estará disponível para atendimento;
- IV- Quantidade de vagas de consultas disponíveis.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo deverão ser atualizadas sempre que houver alterações na escala de profissionais ou em seus horários de atendimento.

- Art. 2º As placas ou cartazes deverão ser legíveis, em tamanho adequado e estar afixados na entrada principal das unidades e em outros locais de fácil visualização pelo público, como recepção e áreas de espera.
- Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o gestor da unidade à advertência e, em caso de reincidência, à responsabilização administrativa nos termos da legislação municipal vigente.
 - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Vereador Luis Fernando Braite, em 06 de junho de 2025.



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar maior transparência nas informações prestadas aos usuários do sistema público de saúde do Município. A afixação de placas ou cartazes com os nomes dos médicos, suas especialidades e horários de atendimento contribui diretamente para a organização do serviço, facilita o acesso do cidadão às informações e fortalece a relação de confiança entre a população e os profissionais da saúde.

Além disso, a medida também colabora com a fiscalização por parte dos usuários e gestores, permitindo o acompanhamento do cumprimento das escalas médicas e evitando possíveis falhas na prestação do serviço público. Trata-se de uma ação simples, de baixo custo e de grande impacto, que garante o direito básico à informação e promove mais eficiência e respeito no atendimento à comunidade.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres colegas vereadores para a aprovação desta proposta.

Ver. Luis Fernando BraiteBancada do PDT